

fonte: Sorinda 19 / 1995

OS BAIROS DE BISSAU

Claudio C. Acioly Jr. – *Planejamento urbano, habitação e autoconstrução: Experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*. Technische Universiteit, Delft, 1993, 189 pp.

Johannes Augel*

A presente resenha refere-se à edição em português que, por sua vez, é uma tradução ampliada e actualizada do livro anteriormente editado em inglês.⁽¹⁾ Acioly viveu três anos na Guiné-Bissau, trabalhando no Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau (PMBB). A publicação é uma tentativa de inserir o projecto no contexto histórico e político da urbanização da capital guineense e de reflectir a experiência técnico-profissional do autor, que tem seu quadro de referências tanto no mundo académico quanto como urbanista no Brasil e nos Países Baixos. O interesse que o livro oferece, consequentemente, está no caso específico do desenvolvimento urbano de Bissau e dos seus problemas e, em termos comparativos, nas experiências de urbanização de uma cidade com todos os seus problemas de crescimento desordenado, sobrepovoamento, falta de planificação, extremas carências de infra-estruturas e serviços, projectos mal concebidos ou nunca realizados, etc.

O livro de Acioly representa um rico acervo de informações e argumentos na discussão do processo de urbanização, e não só de Bissau. Para analisar os efeitos do PMBB, os dois capítulos iniciais apontam alguns problemas do desenvolvimento do país e da sua capital. O crescimento populacional e urbano, o processo informal da urbanização, a infra-estrutura física e social, o problema habitacional e as frustradas tentativas de soluções "oficiais", bem como as deficientes soluções encontradas pela população, a política e as práticas das instituições competentes que actuam na esfera da urbanização: esses são alguns aspectos que o autor descreve e analisa com grande conhecimento de causa e acurado sentido interpretativo, como, aliás, também com um amor e dedicação que parecem ir bem além de um trabalho analítico ou puramente científico.

O Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau (PMBB) enquadra-se no conjunto da cooperação holandesa, que actua no país desde 1978 (cap. 5). As raízes do seu engajamento no combate à pobreza urbana e o desenvolvimento da "filosofia de acção" do PMBB são identificados na Comissão Holandesa do Habitat e nas actividades por ocasião do Ano Internacional dos Desabrigados (1987), que enfatizaram a importância das comunicações e iniciativas locais (pp. 74-75).

Esse contexto tornou-se importante em Bissau na medida em que a cooperação com a Europa do Leste e a formação de muitos técnicos em escolas de arquitectura e urbanismo do bloco socialista levaram a planos de construção de bairros satélites no estilo dos conjuntos habitacionais em massa, que hoje formam os *slums* de concreto armado de muitas cidades da ex-União Soviética e de outros países e que, na convicção do autor, nunca se teriam adaptado às estruturas sociais e aos modos de vida africanos.

O não à urbanização de "bulldozers", à política de erradicação dos bairros periféricos e a decisão em favor de procedimentos mais apropriados, conhecidos e experimentados internacionalmente sob as designações de *slum upgrading*, *squatter improvement* e *neighbourhood upgrading*, são expressão de um conjunto de discussões de âmbito internacional que o autor põe em evidência (p. 74 e segs.), ressaltando a sua importância para algumas decisões básicas sobre a definição da política urbana de Bissau.

* Doutorado em História Económica pela Universidade de Bona, investigador permanente do INEP.

(1) *Settlement Planning and Assisted Self-Help Housing: An Approach to Neighbourhood Upgrading in a Sub-Saharan African City*. Technische Universiteit, Delft, 1992, 131 pp.

A convicção de que se está no caminho certo não basta para percorrê-lo com sucesso. O envolvimento e a participação dos moradores no processo de renovação e urbanização representam uma aprendizagem difícil tanto para os habitantes dos bairros quanto para os técnicos nacionais e estrangeiros. Sem qualquer experiência de participação e acostumados a ver o estado ou as hierarquias tradicionais como os que tudo determinam, e ainda numa situação de extrema descapitalização, os habitantes dos bairros-piloto não estavam nem dispostos nem em condições de cooperar com o programa. Houve, pelo contrário, muita desconfiança, descrença e resistência. Também os conflitos com as organizações oficiais de bairros já existentes antes do início do projecto, com os comités do PAJGC, com a UDEMU e a JAAC não facilitaram a tarefa de tomar a população mais independente e confiante nas próprias forças, para que viesse a actuar em colaboração com um projecto de renovação. Ter conseguido assim mesmo iniciar um processo de participação e mobilização, contra todas as dificuldades e mesmo se foram constatados retrocessos, tem que ser considerado um dos grandes feitos do PMBB.

Acioły descreve as experiências feitas nos bairros de Mindará, Belém e Cupilom de Cima. Caracterizando, como base da intervenção, a localização, a população, a estrutura urbana, o uso do solo e o padrão habitacional, o autor dá uma visão detalhada e crítica dos problemas existentes, das dificuldades encontradas e das soluções alcançadas. Reflecte sobre o dinamismo e os entraves do processo, as dificuldades de instaurar a ajuda mútua, o papel da diversidade de bairros e da (relativa) homogeneidade étnica e social do barro de Cupilom de Cima (p. 101 e segs., 106, 133 e segs., 163, entre outras), os mecanismos e os limites da autoconstrução, aspectos da tecnologia de construção combinando o tradicional com o moderno, as dificuldades de conseguir uma certa recuperação dos custos (p. 150 e segs.). O autor também dá interessantes indicações sobre os efeitos secundários dos trabalhos de urbanização após a sua conclusão, p. ex. o surgimento de actividades económicas, sobretudo comerciais e do sector informal.

Na "ausência de uma política urbana e de um plano de desenvolvimento urbano de Bissau" (p. 155), uma das componentes do PMBB é o fortalecimento institucional dos órgãos

competentes da Câmara Municipal de Bissau (CMB, Prefeitura). O PMBB cooperava, nos primeiros anos, com o Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo, passando para a Câmara em 1988, após a conclusão dos trabalhos em Mindará. Por parte das autoridades municipais, a estrutura administrativa, a posição política, os recursos humanos e técnicos existentes e a falta de rendimentos próprios fazem com que a CMB tenha tido muitas dificuldades de actuação, não podendo assumir, na prática, nem uma mínima parte das suas atribuições. Nessa situação, "o PMBB poderá *[poderia]* seria talvez mais adequado - N. do A.] vir a transformar-se num instrumento de política e uma ferramenta prática para o desenvolvimento urbano de Bissau" (p. 173).

Mesmo se o estudo de Acioły apresenta uma série de dificuldades ocorridas a nível da institucionalização do PMBB dentro das estruturas da administração municipal, e se deixa transparecer a existência de outras, existem elementos para avaliar, de forma positiva, a contribuição do projecto para uma melhoria duradoura da capacidade de gestão dos órgãos municipais e da filosofia das suas intervenções. Essa contribuição, junto com os efeitos alcançados na conscientização e mobilização dos moradores, constitui um saldo positivo do PMBB, apresentado e reflectido por Acioły na publicação em apreço.

Finalizando, o livro de Acioły é não só rico em informações e um bom exemplo de reflexão aprofundada e teoricamente fundamentada da prática profissional de um arquitecto e urbanista, como também um enriquecimento da ainda parca literatura sobre a urbanização da capital guineense. Com todo o apreço que merecem o livro e o trabalho nele analisado, não se pode, porém, deixar de ressaltar alguns aspectos negativos da publicação. Na sua introdução, o autor lamenta que o livro tenha sido publicado sem a devida revisão. De facto, o texto contém inúmeras falhas ao nível da língua (o que não tem nada a ver com o uso da variante brasileira que, afinal, é a da imensa maioria dos lusofalantes), como também informações erradas e interpretações apressadas. Para dar só alguns exemplos: Amílcar Cabral foi assassinado em 1973 (e não em 1974; p.18); a língua portuguesa não é "dominada" por 20-25% da população (p. 19) e sim, segundo os dados do censo de 1991, falada por 9% dos guineenses; a "nova lei da terra" (p. 22) não existe até hoje. Mais grave parece-me o uso de certos termos, uma visão um tanto

estatista e fiscal do "sector informal" da economia (p. ex. p. 21) e sobretudo um vocabulário pouco diferenciado e politicamente perigoso quando o autor fala do "carácter ilegal" de moradias, de "construção ilegal", "ocupação ilegal do solo urbano" ou de "construções clandestinas". Falar de um suposto "carácter clandestino" e "ilegal" de bairros, mesmo "do ponto de vista da legislação", corresponde a um tipo de pensamento fossilizado, formalista e estatista, que o próprio PMBB tenta superar. Declarar clandestino uma moradia, um bairro e até muitos bairros inteiros (p. 41 e *passim*) deve ser fruto de uma certa miopia; considerar ilegal o modo como a grande maioria da população se vê forçada a resolver a sua necessidade básica de morar parece tanto mais incoerente quanto o próprio autor aponta que a ilegalidade, a ausência de normas ou o desrespeito às normas existentes acontecem por parte das instituições e da burocracia (p. 59 e segs., entre outras) e estão concentrados na "cidade oficial", onde p. ex. só uma ínfima parte do estoque de prédios oficialmente regularizado paga os impostos prediais e territoriais (p. 65).

ACTIVIDADES DO INEP

Publicados integralmente no Relatório Anual de Actividades, os capítulos "Actividades do INEP" constantes em cada número da revista permitem estar informado das principais actividades levadas a cabo pelos centros de estudos e demais departamentos que compõem o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CEHC)

a) Formação e superação de quadros

No domínio da formação, o investigador Mamadú Jao encontra-se neste momento na última fase do seu mestrado em "Desenvolvimento social e económico em África: análise e gestão" (Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa - I.S.C.T.E). Por outro lado, o investigador Cipriano António dos Santos deslocou-se a França para frequentar um curso de formação, com a duração de um ano.